



PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

PARA AS CONTAS DA GESTÃO.

Conselho Municipal de Saúde  
Campo Alegre/AL

1. O Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre, Estado de Alagoas, em atendimento as exigências legais, notadamente ao § 1º do Art. 36, da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, a regulamentação própria desta Unidade Federativa e normas do Ministério da Saúde, para fins da PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL, do exercício de 2018 da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Alegre, é de **PARECER FAVORÁVEL PELA APROVAÇÃO** das contas da gestão referente a 2018, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas – TCE/AL.
2. A opinião supracitada está consubstanciada nos resultados do acompanhamento periódico na apreciação dos Relatórios Quadrimestrais de Gestão e no Relatório do Fundo Municipal de Saúde, relativamente ao exercício financeiro de 2018, conduzidos pelo Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/AL – CMS/CA-AL, segundo o planejamento definido para o período, observando as competências legais do Conselho, com abordagem nos seguintes aspectos:
  - I. Organização do Conselho Municipal de Saúde;
  - II. Reuniões ordinárias para acompanhamento da execução orçamentária da saúde;
  - III. Reuniões extraordinárias para tratar de assuntos que demandavam urgência;
  - IV. O grau de relevância atribuído pelo gestor ao Conselho Municipal no planejamento e na tomada de decisões relacionadas ao setor da saúde;
  - V. A efetividade do sistema de planejamento, respectivo ao processo de elaboração e à inclusão dos instrumentos de planejamento e avaliação da saúde no PPA, LDO e LOA;
  - VI. Fiscalização do cumprimento do Plano Municipal de Saúde;
  - VII. Acompanhamento da execução da Programação Anual de Saúde;
  - VIII. Avaliação da dedicação do gestor às ações e atividades da estratégia do Programa Saúde da Família;
  - IX. Análise do Relatório de Gestão Municipal de Saúde;

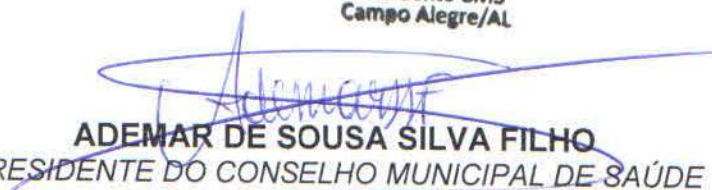
**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CAMPO ALEGRE  
ESTADO DE ALAGOAS**

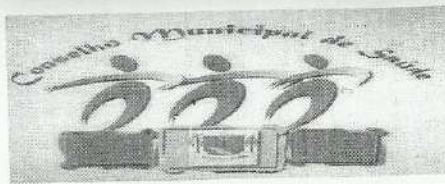
Conselho Municipal de Saúde  
Campo Alegre/AL

- 
- X. Acompanhamento, até onde os exames puderam alcançar o cumprimento do percentual constitucional mínimo de receitas vinculadas à saúde, compreendendo as receitas de impostos e transferências constitucionais vinculadas e respectivo rendimento de aplicações financeiras, no ano de 2018, e as despesas realizadas com fontes livres e mais as vinculadas pelo E.C. 29/00, destinadas às ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos Art. 2º e 3º da Lei Complementar nº 141/2012, podendo-se opinar que não foram constatadas ofensas às normas.
3. Destacamos que as Audiências Públicas de Prestação de Contas do 1º e 2º quadrimestres ocorreram em 20 de dezembro de 2018 e do 3º quadrimestre ocorreu em 28 de março de 2019, conforme consta em atas das referidas reuniões, contendo a relação nominal dos conselheiros presentes.

Campo Alegre – AL, 29 de Março de 2019.

Ademar de Sousa Silva Filho  
Presidente CMS  
Campo Alegre/AL

  
**ADEMAR DE SOUSA SILVA FILHO**  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Portaria nº 108/2018



ESTADO DE ALAGOAS  
**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
CAMPO ALEGRE - AL

Conselho Municipal de Saúde  
Campo Alegre/AL

**RESOLUÇÃO DO CMS Nº 0012 DE 25 DE ABRIL DE 2019**

**“Dispõe Sobre o Relatório Anual  
de Gestão – RAG 2018”**

O Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre - Alagoas, no uso de suas atribuições regimentar e com base na legislação do SUS, conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e Resolução do CNS nº 453, de 10 de maio de 2012, e

**Considerando** o Inciso VI do Art. 3º da Lei Municipal nº 864 de 18 de outubro de 2017;

**Considerando** que o Relatório Anual de Gestão – RAG é o instrumento da gestão do SUS, do âmbito do planejamento, conforme item IV do art. 4º da Lei Nº 8.142/90, referenciado também na Lei Complementar 141/2012 e Portaria 575/2012 do Ministério da Saúde;

**Considerando** que o Relatório Anual de Gestão – RAG constituir-se no instrumento de comprovação da aplicação dos recursos, o relatório tem a finalidade de apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde, orientar a elaboração da nova programação anual, bem como eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde;

**Considerando** a NOTA TÉCNICA Nº 2/2018-CGAIG/DAI/SE/MS que dispõe sobre esclarecimentos acerca das instabilidades do Sistema de Apoio a Elaboração do Relatório de Gestão – SARGSUS;

**Considerando** a decisão plenária tomada na reunião ordinária, realizada em 25 de abril de 2019;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - APROVAR** o RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO – RAG/2018 da Secretária Municipal de Saúde de Campo Alegre, Estado de Alagoas, com base nas informações explicitadas em plenário, mediante o modelo proposto pela Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas – SESAU/AL, visto que o

*Resolvi em 25/04/19*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Sistema de Apoio a Elaboração do Relatório de Gestão - SARGSUS foi revogado pelo Ministério da Saúde e não houve substituição até a presente data.

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.**

Campo Alegre – AL, 25 de ABRIL de 2019.

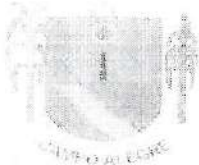
  
**Ademair de Sousa Silva Filho**  
Presidente CMS  
Campo Alegre/AL  
**Ademair de Sousa Silva Filho**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde  
Portaria nº 108/2018

Homologo a Resolução do CMS nº 0012/2019, nos termos conferidos pela Lei Federal 8142 de dezembro de 1990.

  
**Tamiris dos Santos**  
Secretária Municipal de Saúde

**Conselheiros (as) presentes na plenária:**

Ademair de Sousa Silva Filho, Zuckerllan Bernadelli da Silva Souza, José Ednaldo Cavalcante de Farias, Janikelly de Araújo Santos, Carlos André da Silva, Lucicleide Vicente dos Santos, Maciel Luiz da Silva, Rafael Vieira Pinto, Maria dos Anjos.



ESTADO DE ALAGOAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

LEI Nº 810/2016, DE 27 DE ABRIL DE 2016

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 799/2015  
QUANTO À COMPOSIÇÃO DA MESA  
DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, ESTADO DE ALAGOAS, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - O inciso II e IV do artigo 5º da Lei Municipal nº 799/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º. (...)

I - (...)

II - Mesa Diretora, obedecendo à paridade:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;

III - (...);

IV - Secretaria Executiva.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

  
PAULINE DE FÁTIMA PEREIRA ALBUQUERQUE  
Prefeita

A presente Lei foi publicada, registrada e arquivada na Secretaria de Administração, Gestão e Planejamento desta municipalidade, em 27 de Abril de 2016.

  
LAIS FERREIRA DA SILVA  
Secretária de Administração, Gestão e Planejamento

ESTADO DE ALAGOAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

LEI Nº 799/2015, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPOE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA LEI DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DA NOVA REDAÇÃO A LEI DE Nº 356, DE 18, DE DEZEMBRO/2000..

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, ESTADO DE ALAGOAS, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

### CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre é instância colegiada, de caráter permanente, consultivo e deliberativo, integrante da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, competindo-lhe atuar, no âmbito municipal, na formulação de estratégias, controle, avaliação e fiscalização da execução da política municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e orçamentários.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre adotará as medidas necessárias para o efetivo funcionamento do mesmo, garantindo-lhe espaço físico e materiais permanentes e de consumo, bem como recursos humanos para o desempenho de suas atribuições, devendo incluí-lo em seu orçamento anual, assegurando a sua execução dentro da programação orçamentária e financeira da Secretaria Municipal de Saúde.

### CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo

- I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;
- II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;
- III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;
- IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores públicos e privados.



ESTADO DE ALAGOAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços.

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão.

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros.

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - a cada quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012.

XI - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XII - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes do Plano Municipal de Saúde;

XIII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIV - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observadas o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XVI - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVII - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVIII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XIX - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora.

submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde.

XXI - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXII - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

### **CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 4º** O Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre é composto por doze (12) membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes de entidades de âmbito municipal, na proporção de

I - 25% (vinte e cinco por cento) para representantes do governo municipal. Na inexistência de prestadores de serviço conveniados ao SUS, a gestão se encarregará de indicar outra secretaria municipal;

II - 25% (vinte e cinco por cento) para representantes dos trabalhadores de saúde;

III - 50% (cinquenta por cento) para representantes dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)

§ 1º O princípio da paridade será mantido com a seguinte distribuição:

**Representantes do Governo/Prestador:**

- 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- 02 representantes das Secretarias Municipais;

**Representantes dos Trabalhadores de Saúde**

- 01 representante dos trabalhadores de Saúde de nível superior;
- 01 representante dos trabalhadores de Saúde de nível médio;
- 01 representante dos trabalhadores de Saúde de nível elementar;



**Representantes de Entidades de usuários que não sejam prestadores de serviço, nem gestores públicos do SUS, representantes, oriundos de:**

- a) entidades de pessoas com deficiências
- b) organizações religiosas,
- c) entidades congregadas de sindicatos, centrais sindicais, confederações, federações de trabalhadores urbanos e rurais;
- d) entidades de crianças e adolescentes;
- e) entidades de moradores,
- f) entidades de movimentos sociais em defesa de direitos.

§ 2º A cada dois anos será realizada uma Plenária de Saúde para eleger as entidades de âmbito municipal, legalmente constituídas, que comporão o segmento de usuários, bem como dos trabalhadores de saúde. Os representantes do governo poderão ser indicados pelo Prefeito ou pelos Secretários Municipais

§ 3º Cada representante de entidade/instituições do segmento de usuários terá 01 (um) suplente, que poderá pertencer à outra entidade/instituições que tenha a mesma natureza

§ 4º Escolhidas as entidades de usuários que irão compor o Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre, estas devem encaminhar através de ofício ao Presidente, anexando o Estatuto atualizado da entidade e a ata de posse da atual Diretoria.

§ 5º O Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, após a indicação das entidades constantes no artigo 4º, § 4º desta Lei, oficializará os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos após eleição ou indicação a critério de suas respectivas entidades, para mais uma gestão consecutiva

§ 6º O mandato dos conselheiros não deve coincidir com o mandato do Governo Municipal

§ 7º O conselheiro representante dos segmentos de usuários e trabalhadores de saúde que exercer cargo comissionado e assessoria técnica na esfera municipal, na área da saúde, não poderá ser indicado para compor o Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre nesses segmentos.

§ 8º A função do conselheiro é de relevância pública e, portanto, garante sua dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro, durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho de Saúde.

§ 9º A participação dos membros eleitos do Poder Legislativo, representação do Poder Judiciário e do Ministério Público, como conselheiro, não é permitida nos Conselhos de Saúde.

§ 10 - O conselheiro, no exercício de sua função, responde pelos seus atos conforme legislação vigente

#### **CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA**

**Art. 5º** A estrutura básica do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre compreende:

- I – Plenário órgão máximo de deliberação;
- II – Mesa Diretora, obedecendo à paridade;

ESTADO DE ALAGOAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;
- c) Secretário;
- d) Secretário adjunto

III – Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho:

IV – Secretário Executivo

§ 1º O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre é órgão de deliberação máxima, configurado por reuniões ordinárias e extraordinárias, cumprindo os requisitos de funcionamento estabelecidos no Regimento Interno.

§ 2º Os cargos da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre serão definidos através de processo eleitoral, respeitando a paridade, candidatando-se apenas os membros titulares

§ 3º A duração do mandato dos cargos da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre será de dois (02) anos, com direito a mais uma eleição

§ 4º As Comissões Temáticas e grupos de Trabalho serão definidas pelo Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre.

§ 5º Os Grupos de Trabalho serão constituídos de acordo com o tema a ser analisado, e terão breve duração

§ 6º O Secretário Executivo será indicada pela Secretaria Municipal de Saúde e aprovado pelo plenário do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

§ 7º Ao Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre compete administrar os recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, bem como garantir apoio operacional para o efetivo funcionamento do mesmo

### CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

**Art. 6º** O Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, quando convocado pela Mesa Diretora ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros.

**Art. 7º** As reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre iniciarão, através da primeira chamada, com a presença de metade + 1 (mais um) dos seus membros, ou seja, sete (07) membros. Não havendo *quorum* realizar-se-á após trinta minutos, com a presença de 1/3 (um terço) dos seus membros, funcionando, neste último caso, apenas com caráter informativo.

§ 1º Nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre deve ser garantido o *quorum* de metade + 1 (mais um) dos seus membros para deliberação da matéria e quando não atingir o *quorum*, a reunião realizar-se-á após 8 (oito) dias, caso seja feriado, passará para o dia seguinte. Na Terceira convocação a reunião será realizada com qualquer número de participantes.

ESTADO DE ALAGOAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

§ 2º Perderá o assento no Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre o conselheiro titular que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) intercaladas no período de 1 (um) ano.

§ 3º A substituição do conselheiro será definida pelo plenário do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre, garantindo-se o direito de defesa do conselheiro faltoso.

§ 4º A perda do mandato será declarada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre, por decisão da maioria simples dos seus membros, comunicada ao Prefeito (a) Municipal, para tomada das providências necessárias à sua substituição, na forma da legislação vigente.

§ 5º Os participantes, não conselheiros, no Plenário terão direito a voz, obedecendo a ordem de inscrição coordenada pela Mesa Diretora.

§ 6º As reuniões terão caráter público, sendo reservado o direito de voto aos conselheiros titulares e, na ausência destes, aos conselheiros suplentes.

§ 7º O processo de votação para deliberação das matérias dar-se-á de forma aberta.

§ 8º Cada conselheiro terá direito a 01 (um) voto, ficando vedado o voto por procuração.

§ 9º O Presidente além do direito à voz e ao voto comum, terá direito ao voto de qualidade no caso de empate, sendo-lhe, ainda, assegurada a prerrogativa de deliberar, ad referendum em caso de extrema urgência da matéria, submetendo o seu ato a ratificação deste na reunião subsequente.

§ 10 Os membros do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre não farão jus a remuneração, a qualquer título, sendo os serviços por eles desenvolvidos considerados de relevância pública.

§ 11 O Conselheiro fará jus à percepção ajuda de custo para custeio de despesas com deslocamento a outro município ou Estado para as atividades do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre, quando estas despesas não forem custeadas pelos órgãos promotores dos eventos.

§ 12 Na ausência do Presidente, a sessão será presidida pelo Vice-Presidente e, na ausência de ambos será presidida pela Secretária, e caso todos os membros da Mesa Diretora estejam ausentes será presidida por um conselheiro indicado pelo Plenário.

**Art. 8º** O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre deverá manifestar-se por meio de resoluções, recomendações e outros atos deliberativos, que, deverão ser divulgadas nas repartições públicas municipais, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, entrando em vigor na data de sua publicação.

§ 1º As Resoluções tem força normativa interna na área do Sistema Municipal de Saúde.

§ 2º As Resoluções serão obrigatoriamente homologadas pelo Secretário Municipal de Saúde, em um prazo de 30 (trinta) dias, dando-lhes publicidade oficial. Decorrido o prazo mencionado e não sendo homologada a resolução, nem enviada pelo gestor ao Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre justificativa com proposta de alteração ou rejeição a ser apreciada na reunião seguinte, demandará solicitação de audiência do Secretário Municipal de Saúde para a Comissão de Conselheiros, especialmente designada pelo plenário.

§ 3º Permanecendo o impasse, o Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre, com aprovação de 2/3 (dois terços) de seus membros, poderá representar ao Ministério Público se a matéria constituir de alguma forma desrespeito aos direitos constitucionais do cidadão.

Art. 9º As Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre reunir-se-ão, no mínimo, a cada três meses e serão constituídas paritariamente por seus membros com a finalidade de promover estudos, análises, acompanhamentos e compatibilização de políticas e programas de interesse para a saúde, emitindo pareceres.

**Parágrafo único** - Será substituído da representação da Comissão Temática e do Grupo de Trabalho do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre, o Conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas no período de 01 (um) ano.

#### **CAPÍTULO VI DOS RECURSOS**

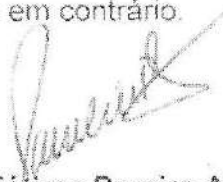
Art. 10 Os recursos orçamentários e financeiros alocados em favor do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre deverão constar do orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde (FMS), estando sua execução condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do FMS e destinam-se às despesas:

- I - com material de consumo e serviços de pequeno vulto e pronto pagamento;
- II - passagens e diárias/ajudas de custo;
- III - alimentação;
- IV - transporte;
- V - capacitação dos Conselheiros;
- VI - consultorias e pesquisas sociais quantitativas e qualitativas;
- VII - Conferência e Plenária de Saúde;
- VIII - outras despesas não previstas na Lei, desde que aprovadas pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre, e constem da programação orçamentária e financeira da Secretaria Municipal de Saúde.

#### **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 11 O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Lei, aprovará o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 356/18/12/2000 e demais disposições em contrário.



**Paulino de Fátima Pereira Albuquerque**  
Prefeita

ESTADO DE ALAGOAS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE**

A presente Lei foi publicada, registrada e arquivada na Secretaria de Administração, Gestão e Planejamento desta municipalidade, em 16 de Dezembro de 2015.

  
José Antônio Pereira da Silva  
Secretário Municipal de Administração, Gestão e Planejamento